

HABEAS CORPUS Nº 493.209 - RN (2019/0041479-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JOSE DELIANO DUARTE CAMILO
ADVOGADO : JOSE DELIANO DUARTE CAMILO - RN012652
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE : JULIANNY DE LIMA TIBURTINO SOUSA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. SUPERAÇÃO. DESCABIMENTO. TERATOLOGIA OU FLAGRANTE ILEGALIDADE. AFERIÇÃO INVIABILIDADE. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DOS AUTOS. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA LIMINARMENTE.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JULIANNY DE LIMA TIBURTINO SOUSA contra a decisão que indeferiu a liminar do Desembargador Relator do *Habeas Corpus* n.º 0808091-87.2018.8.20.0000 ajuizado perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Narra a exordial que a Paciente teria sido presa em flagrante delito, em 19/10/2018, sob a suspeita de ter perpetrado os delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006, sendo o flagrante convertido em prisão preventiva.

O Juízo *a quo* indeferiu os pedidos de revogação da prisão preventiva e de prisão domiciliar (fls. 60-62).

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o Relator indeferiu a liminar (fls. 57-59).

No presente *writ*, a Defesa sustenta que a Paciente é imprescindível aos cuidados da filha menor de 4 (quatro) anos de idade, uma vez que o pai da criança se encontra detido no sistema penitenciário do Estado Rio Grande do Norte e a avó paterna necessita trabalhar para sustentar sua família. Colaciona documentos referentes à criança e declarações do seu estado emocional.

Busca, assim, em liminar, a concessão da prisão domiciliar, nos termos do *habeas corpus* coletivo n.º 143.641/SP proferido pelo Supremo Tribunal Federal, ou a

aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme o art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no Verbete Sumular n.º 691/STF: "[n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar", aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça, v.g: HC 117.440/PE, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJ de 21/06/2010; HC 142.822/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 07/12/2009; HC 134.390/MG, Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJ de 31/08/2009.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, não é possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, na medida em que os autos foram mal instruídos, tendo em vista que a Parte Impetrante não juntou **cópia da decisão do Juízo de primeiro grau que decretou a prisão preventiva.**

Como se sabe, **compete ao impetrante a correta e completa instrução do remédio constitucional do *habeas corpus*.**

Nesse sentido, a eminente Ministra ELLEN GRACIE, do Supremo Tribunal Federal, ao indeferir o pedido liminar postulado no HC n.º 107.568/PR, de que

inicialmente foi Relatora, esclareceu o que se segue:

"Malgrado os argumentos lançados pela impetrante, considero impossível se adentrar ao exame da controvérsia posta neste writ sem os documentos necessários ao seu entendimento. Esta Suprema Corte já se manifestou no sentido de ser 'ônus do impetrante instruir adequadamente o writ com os documentos necessários ao exame da pretensão posta em juízo' (HC 94.219/SP, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJe 06.05.2010)." (DJe de 31/03/2011).

No mesmo entendimento, julgado da Excelsa Corte, que sufraga a orientação de que a deficiência na instrução do writ impede a concessão de medida liminar:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSO PENAL. NULIDADE DE MEDIDA CAUTELAR DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. INDEFERIMENTO DA MEDIDA LIMINAR NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FUNDAMENTOS DE MÉRITO NÃO ANALISADOS NA INSTÂNCIA PRECEDENTES. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MANIFESTA DEFICIÊNCIA DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

2. Tanto na decisão do Superior Tribunal de Justiça quanto na decisão ora agravada, há o reconhecimento da deficiência da instrução dos pedidos formulados pelo ora Agravante, o que impossibilitou, respectivamente, o deferimento de liminar na instância a quo e o seguimento da presente ação.

3. O Agravante tem o dever de impugnar, de forma específica, todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não provimento do agravo regimental.

4. Agravo regimental ao qual se nega provimento." (HC 99.889-Agr/RJ, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 07/03/2014 – sem grifos no original.)

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

